

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>19</b>
-----------------------------------	-----------

<b>Capítulo 1 – JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>21</b>
--	-----------

1	Jurisdição constitucional e controle de constitucionalidade.....	21
1.1	Jurisdição constitucional e teoria do direito (do positivismo ao pós-positivismo) .....	30
1.2	Jurisdição constitucional e democracia.....	43

<b>Capítulo 2 – O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA .....</b>	<b>53</b>
--	-----------

1	O controle de constitucionalidade das leis no Brasil.....	53
1.1	Constituição Política do Império do Brasil de 1824 .....	56
1.2	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 .....	58
1.3	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	62
1.4	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 .....	65
1.5	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 .....	68
1.6	Emenda Constitucional 16, de 26.11.1965 .....	71
1.7	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emendas Constitucionais de 1969 e 1977 .....	73
1.8	O atual mecanismo de controle de constitucionalidade no Brasil .....	75

<b>Capítulo 3 – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) ....</b>	<b>87</b>
---	-----------



1	Controle político.....	87
2	Controle judicial (preventivo) .....	91
3	Controle repressivo de constitucionalidade pela via abstrata .....	95
3.1	A Lei 9.868/99 e a jurisdição constitucional.....	95
3.2	O processo objetivo da ação direta de inconstitucionalidade.....	97
3.3	Objeto da ação direta de inconstitucionalidade.....	103
3.4	Competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade .....	122
3.5	Legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade .....	124
3.6	A pertinência temática .....	136
3.7	Capacidade postulatória na ação direta de inconstitucionalidade .....	140
3.8	Legitimidade passiva na ação direta de inconstitucionalidade...	144
3.9	O papel do Advogado-Geral da União na ação direta de inconstitucionalidade .....	148
3.10	O prazo para a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República na ação direta de inconstitucionalidade .....	151
3.11	Prazo para a interposição da ação direta de inconstitucionalidade .....	152
3.12	A petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade .....	153
3.13	Desistência da ação direta de inconstitucionalidade .....	162
3.14	O papel e o poder do relator na ação direta de inconstitucionalidade .....	166
3.15	A medida cautelar e a ação direta de inconstitucionalidade .....	177

#### **Capítulo 4 – A DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE..... 189**

1	<i>Quorum</i> para a decisão .....	192
2	Impedimentos dos Ministros .....	194
3	Constitucionalidade e inconstitucionalidade no tempo .....	196



4	A extensão da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal .....	205
4.1	Inconstitucionalidade material e formal .....	208
4.2	Inconstitucionalidade total e parcial .....	210
4.3	Inconstitucionalidade por ação e omissão .....	211
4.3.1	Omissão parcial e total .....	214
5	As técnicas de decisão na ação direta de inconstitucionalidade .....	216
5.1	Interpretação conforme a Constituição .....	216
5.2	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto .....	219
5.3	A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade .....	224
6	Os efeitos da decisão na ação direta de inconstitucionalidade .....	226
6.1	Efeitos temporais na ação direta de inconstitucionalidade .....	227
6.2	O efeito vinculante da decisão na ação direta de inconstitucionalidade .....	230
6.3	O efeito <i>erga omnes</i> na ação direta de inconstitucionalidade .....	237
6.4	A coisa julgada .....	240
7	A irrecorribilidade da decisão de mérito na ação direta de inconstitucionalidade .....	242
7.1	Embargos declaratórios .....	245
7.2	Reclamação .....	247
7.2.1	Considerações iniciais .....	247
7.2.2	Origens e evolução .....	248
7.2.3	Natureza jurídica .....	249
7.2.4	Legitimidade .....	250
7.2.5	Procedimento .....	251

## **Capítulo 5 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC) E A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) ..... 253**

1	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	253
1.1	Considerações iniciais e origem .....	253



1.2	Legitimidade .....	254
1.3	Petição inicial e o requisito específico da ADC .....	255
1.4	Natureza jurídica, objeto e competência .....	256
1.5	Esquema Procedimental .....	256
2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF – art. 102, § 1º da CF/88 e Lei 9.882/99) .....	259
2.1	Considerações iniciais e origem .....	259
2.2	Legitimidade .....	259
2.3	Natureza jurídica e competência .....	260
2.4	Objeto: <i>ato do Poder Público</i> que ameace de lesão ou cause lesão a <i>preceito fundamental</i> .....	261
2.5	Esquema Procedimental .....	262
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>267</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>273</b>

